



SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

881 25481-6



Of. Expedido nº 111/2021

Florianópolis, 30 de novembro de 2021

**Exmo Sr.
Mauro de Nadal
Deputado Estadual
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

Lido no Expediente
122ª Sessão de 02/12/21
ANEXAR AO PL. 395/21
Secretário

Sr. Deputado;

O Governador do Estado enviou nova proposta que fixa os valores dos vencimentos para os cargos integrantes do quadro do Magistério Público Estadual, mas ainda consideramos insuficiente e continua não descompactando a tabela salarial. Diante disso, vimos apresentar novamente nossas propostas sobre o plano de carreira do Magistério Público estadual e os comparativos relativos a esta nova proposta.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar, abaixo, as propostas de diretrizes de carreira do SINTE/SC, aprovadas em Assembleia Estadual do Magistério.

A **Estrutura da Tabela Salarial** será composta por:

- 1 - Seis níveis: Magistério, Licenciatura curta, Licenciatura plena, Especialização, Mestrado e Doutorado
- 2 - Nove referencias, (A até I)
- 3 - A diferença entre o nível médio e a licenciatura plena não deve ser inferior a 50%, (cinquenta por cento), em todas as referências;
- 4 - A diferença entre as referências do nível de doutorado e as referências do nível de ensino médio deverão ser de, ao menos, 100%, (cem por cento);
- 5 - A diferença entre as referências deverá ser de, no mínimo, 5,2%, (cinco vírgula dois por cento);
- 6 - A dispersão horizontal deverá ser de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) em cada nível de formação;
- 7 - A base da carreira deve ser o valor do Piso Salarial Profissional Nacional, de acordo com o que estabelece a lei federal 11.738/2008, e aplicado no primeiro nível e referência da tabela salarial (nível 1A);

Proposta Tabela Salarial – Vigência a partir de 01/2022 - Valores

Formação		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	3.317,17	3.489,62	3.671,06	3.861,92	4.062,69	4.273,91	4.496,11	4.729,86	4.975,77
Licenc. Curta	II	3.814,75	4.013,08	4.221,71	4.441,20	4.672,10	4.914,99	5.170,53	5.439,34	5.722,13
Licenc. Plena	III	4.975,75	5.234,45	5.506,58	5.792,87	6.094,04	6.410,86	6.744,16	7.094,80	7.463,66
Especialização	IV	5.805,05	6.106,85	6.424,34	6.758,35	7.109,71	7.479,35	7.868,20	8.277,27	8.707,60
Mestrado	V	6.136,76	6.455,81	6.791,44	7.144,53	7.515,99	7.906,74	8.317,81	8.750,25	9.205,18
Doutorado	VI	6.634,34	6.979,26	7.342,11	7.723,82	8.125,38	8.547,83	8.992,23	9.459,73	9.951,55

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

SECRETARIA GERAL 30/11/2021 16:00 000021



**SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**



Proposta Tabela Salarial – Vigência a partir de 01/2022 - Percentuais

Formação		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	1	1,052	1,107	1,164	1,225	1,288	1,355	1,426	1,500
Licenc. Curta	II	1,15	1,210	1,273	1,339	1,408	1,482	1,559	1,640	1,725
Licenc. Plena	III	1,5	1,578	1,660	1,746	1,837	1,933	2,033	2,139	2,250
Especialização	IV	1,75	1,841	1,937	2,037	2,143	2,255	2,372	2,495	2,625
Mestrado	V	1,85	1,946	2,047	2,154	2,266	2,384	2,508	2,495	2,775
Doutorado	VI	2	2,104	2,213	2,328	2,449	2,577	2,711	2,852	3,000

Além das questões relacionadas a tabela salarial, defendemos ainda as seguintes diretrizes para a carreira do magistério:

Progressão e Ascensão Funcional:

- 1 – Progressão horizontal a cada 03 (três anos), com 120 (cento e vinte) horas de curso de aperfeiçoamento,
- 2 – Ascensão funcional a qualquer tempo, a partir da comprovação de escolaridade e na mesma letra de referência do nível anterior,
- 3 – Os cursos de formação continuada deverão ser financiados, preferencialmente, pelo estado, em instituições de ensino públicas e sempre respeitando a autonomia das escolas,

Gratificações:

- 1 - Manutenção de todas as atuais gratificações (aula complementar, direção, incentivo à permanência, etc.) da carreira do magistério;
- 2 - Estabelecer gratificações de dedicação exclusiva na rede estadual (para jornadas de 40hs) e de difícil acesso.

Hora Atividade:

- 1 - Garantia de 1/3 da jornada como hora atividade, considerando-se o tempo da hora aula, para todos/as os/as Professores/as, de todos os níveis e modalidades de ensino. (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Especial)

Cargos:

- 1 – Criação dos cargos de 2º Professor e de Orientador de laboratório, leitura e convivência;

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Luiz Carlos Vieira
Coordenador Estadual

Sandro Luiz Cifuentes
Secretário Geral

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universall

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



**SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**

CNE

CUT



ANÁLISE da Proposta que “Fixa os valores de vencimento para os cargos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual de que trata a Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015”

O governo do estado de Santa Catarina apresentou, na data de 25 de novembro de 2021, a nova proposta que trata dos vencimentos da carreira do magistério catarinense. A proposta versa, exclusivamente, sobre a tabela salarial da categoria, sem nenhuma discussão de outros assuntos da carreira dos professores e demais profissionais da educação. Portanto, a análise aqui elaborada tratará exclusivamente da tabela salarial, analisando as promessas feitas pelo governo de que a nova tabela salarial “valorizaria os profissionais, descompactaria os vencimentos e adotaria critérios racionais para a progressão dos/as trabalhadores/as”.

A nova tabela não valoriza a categoria

Ao contrário do discurso oficial, a nova tabela apresentada pelo governo não valoriza a categoria. No projeto enviado originalmente em outubro, já na exposição de motivos da proposta o governo afirmava que:

Para fins de reajuste na tabela de vencimentos, tomou-se como referência a inflação acumulada no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2020 – período desde o último reajuste até o final do exercício de 2020 – medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que totalizou 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento), e distribui-se percentuais entre 10% (dez inteiros por cento) a 23% (vinte e três inteiros por cento) para os primeiros quatro níveis de habilitação da tabela de vencimentos, os quais incluem a desde a formação em nível médio até a formação em nível superior com pós graduação (especialização).

Desta maneira, o SINTE/SC afirmava que a base da recomposição dos valores dos vencimentos abrangia apenas o INPC de dezembro de 2018 até dezembro de 2022 (10,3%), desconsiderando a integralidade da inflação de 2021. Com isso, pelo fato de que o projeto prevê a entrada em vigor da nova tabela em janeiro de 2022, o governo não repassava a integralidade do INPC de 2021, o que configura política de arrocho salarial, com perdas reais para os trabalhadores da educação.

Diante da pressão gerada em torno dessa situação, na nova tabela apresentada pelo governo a única modificação foi a do repasse da integralidade do INPC do período. Entretanto, isso ainda não configura política de valorização da tabela, já que há apenas reposição do poder de compra perdido de novembro de 2018 até janeiro de 2022.

Considerando a totalidade do período de perdas inflacionárias, em que o INPC a ser considerado fica em torno de 20%¹, apresentamos abaixo na *Tabela 1* o comparativo da dita valorização da tabela proposta pelo governo em novembro de 2021 com a tabela de novembro de 2018 – a

¹ Consideramos aqui valores da inflação estimada para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2021.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



**SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**



última tabela disponível na Lei Complementar nº 668 – e, na sequência, na *Tabela 2*, a real valorização comparativamente com a inflação da totalidade do período.

Tabela 1 - Comparativo com a tabela de nov/2018

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%	37,1%
Licenc. Curta	II	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%	26,1%
Licenc. Plena	III	27,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Especialização	IV	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Mestrado	V	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%	28,8%
Doutorado	VI	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%	56,5%

Tabela 2 - Comparativo com a inflação da totalidade do período (nov/2018-dez/2021)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%	17,06%
Licenc. Curta	II	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%	6,10%
Licenc. Plena	III	7,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Especialização	IV	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mestrado	V	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%	8,81%
Doutorado	VI	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%	36,48%

Como pode ser percebido, nos níveis III e IV (graduação e especialização, respectivamente), justamente onde estão concentrados 70% dos profissionais da categoria, a nova tabela apresentada pelo governo não apresenta nenhum ganho real (com exceção do nível de referência IIIA).

Para além disso, a reforma da previdência aprovada pelo governo estadual em meados deste ano tratou de sequestrar em torno de 14% dos vencimentos dos trabalhadores aposentados do magistério, que compõem a enorme maioria do nível I, mas também estão presentes nos demais níveis. Diante disso, se a nova tabela em alguns casos superou as perdas da inflação ou ao menos as equiparou, para os aposentados, a depender do seu nível de referência, as perdas continuarão sendo uma realidade.

Diante disso, se é possível falar em valorização em relação à tabela de nov/2018, esta concentra-se apenas entre os profissionais com mestrado e doutorado. Entretanto, mesmo aí, a proposta quando observada em seus valores, fica muito aquém em relação à proposta apresentada pelo SINTE/SC em julho de 2021 na comissão mista da ALESC.

Na *Tabela 3* constam os valores da proposta do governo estadual. Logo na sequência, na *Tabela 4* apresentamos os valores da tabela proposta pelo SINTE/SC. Por fim, na *Tabela 5* está demonstrada a superioridade em valores da proposta do sindicato quando comparada a proposta do governo:

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Tabela 3 - Proposta do governo - nov/2021 (R\$)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00
Licenc. Curta	II	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00	3.450,00
Licenc. Plena	III	3.600,00	3.634,76	3.745,25	3.857,52	3.973,28	4.174,76	4.348,38	4.514,50	4.686,94
Especialização	IV	3.950,06	4.093,96	4.216,25	4.342,32	4.472,30	4.606,32	4.744,50	4.925,74	5.113,91
Mestrado	V	4.698,00	4.898,67	5.045,28	5.196,40	5.352,24	5.512,91	5.678,62	5.895,52	6.120,74
Doutorado	VI	6.330,00	6.525,12	6.720,16	6.921,28	7.128,64	7.342,41	7.562,84	7.851,74	8.151,68

Tabela 4 - Plano de Carreira 2022: pleito do SINTE/SC (R\$)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	3.317,17	3.489,62	3.671,06	3.861,92	4.062,69	4.273,91	4.496,11	4.729,86	4.975,77
Licenc. Curta	II	3.814,75	4.013,08	4.221,71	4.441,20	4.672,10	4.914,99	5.170,53	5.439,34	5.722,13
Licenc. Plena	III	4.975,75	5.234,45	5.506,58	5.792,87	6.094,04	6.410,86	6.744,16	7.094,80	7.463,66
Especialização	IV	5.805,05	6.106,85	6.424,34	6.758,35	7.109,71	7.479,35	7.868,20	8.277,27	8.707,60
Mestrado	V	6.136,76	6.455,81	6.791,44	7.144,53	7.515,99	7.906,74	8.317,81	8.750,25	9.205,18
Doutorado	VI	6.634,34	6.979,26	7.342,11	7.723,82	8.125,38	8.547,83	8.992,23	9.459,73	9.951,55

Tabela 5 - Superioridade da proposta do SINTE/SC em relação a proposta do governo

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	-4%	1%	6%	12%	18%	24%	30%	37%	44%
Licenc. Curta	II	11%	16%	22%	29%	35%	42%	50%	58%	66%
Licenc. Plena	III	38%	44%	47%	50%	53%	54%	55%	57%	59%
Especialização	IV	47%	49%	52%	56%	59%	62%	66%	68%	70%
Mestrado	V	31%	32%	35%	37%	40%	43%	46%	48%	50%
Doutorado	VI	5%	7%	9%	12%	14%	16%	19%	20%	22%

Por fim, a nova tabela apresentada pelo governo não faz qualquer referência ao piso salarial profissional nacional – PSPN (Lei Complementar nº 11.738/2008). Com isso, não há qualquer garantia de valorização continuada da carreira dos professores. Assim, a partir de 2022, novamente o magistério ficará refém das conveniências do governo estadual para ter sua tabela salarial atualizada, sem nenhuma garantia efetiva de que isso ocorra.

A nova tabela não descompacta a carreira

Ao contrário da promessa do governador de que a nova tabela descompactaria a carreira, isso está longe de acontecer. Em primeiro lugar é preciso entender que a compactação da carreira se dá em

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!



**SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**



dois níveis: o vertical (formação) e o horizontal (tempo de trabalho e cursos de capacitação continuados).

No nível vertical, a tabela só tem algum grau de amplitude no salto do vencimento quando consideramos a passagem do nível da especialização para o mestrado (em torno de 30% de crescimento) ou na passagem do mestrado ao doutorado (em torno de 33% de expansão). Já na passagem da graduação para especialização, percurso realizado por grande parte da categoria, a valorização salarial fica entre 9,1% e 12,6%, algo totalmente desestimulante para este perfil de formação dos profissionais.

Do início ao fim do percurso formativo, por sua vez, a valorização dos vencimentos oscila entre 83,5% (referência A) e 136,3% (referência I). Desta forma, mesmo quando dedicando um total de 12 anos de estudo superior, a vencimento não chega nem ao menos a triplicar.

Na *Tabela 6* apresentamos os percentuais de variação entre os níveis formativos, sendo que os percentuais de cada um deles representam a relação entre o vencimento do nível em questão com o vencimento do nível anterior (Ex: percentual de 12,6% no nível de referência IV-B = vencimento do IV-B / vencimento do III-B).

Tabela 6 - Proposta governo - out/2021 - ascensão vertical

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Ensino médio	I	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Licenc. Curta	II	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Licenc. Plena	III	4,3%	5,4%	8,6%	11,8%	15,2%	21,0%	26,0%	30,9%	35,9%
Especialização	IV	9,7%	12,6%	12,6%	12,6%	12,6%	10,3%	9,1%	9,1%	9,1%
Mestrado	V	18,9%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%
Doutorado	VI	34,7%	33,2%	33,2%	33,2%	33,2%	33,2%	33,2%	33,2%	33,2%
Variação total		83,5%	89,1%	94,8%	100,6%	106,6%	112,8%	119,2%	127,6%	136,3%

Já no plano horizontal, em que se soma o tempo de trabalho aos cursos de capacitação continuada, a compactação da tabela é ainda mais grave. Em primeiro lugar, a proposta do governo congelou a progressão nos níveis I e II (R\$ 3.450 em ambos). Na sequência, a amplitude total de valorização no vencimento, isso após 25 anos de magistério, é de apenas algo em torno de 30%.

O pior, no entanto, é a total falta de critério na variação horizontal entre cada um dos níveis de referência. Como fica claro na *Tabela 7* não há qualquer índice fixo que balize a proposta, mantendo-se exatamente as distorções da tabela de 2018 (justamente a tabela compactada).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universall

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



**SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
 EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO
 DE SANTA CATARINA**



Tabela 7 - Proposta governo - out/2021 - progressão horizontal

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	Variação total
Ensino médio	I	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Licenc. Curta	II	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Licenc. Plena	III	0,00	1,0%	3,0%	3,0%	3,0%	5,1%	4,2%	3,8%	3,8%	30,2%
Especialização	IV	0,00	3,6%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,8%	3,8%	29,5%
Mestrado	V	0,00	4,3%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,8%	3,8%	30,3%
Doutorado	VI	0,00	3,1%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,8%	3,8%	28,8%

Qual o critério utilizado para a construção da nova tabela?

Mais uma vez, o único critério utilizado para a construção da nova tabela foi o do “menor gasto possível com a educação”. Ao contrário do discurso de um “governador da educação”, a proposta revela um “governador submetido ao princípio da austeridade”, esta que atende apenas a elite econômica brasileira e catarinense. O único critério realmente utilizado na nova tabela foi o mesmo de outros momentos: concentrar os valores maiores nos níveis de referência que contam com menos trabalhadores. Com isso, criam-se manchetes de jornais, sempre espalhafatosas, tentando construir a imagem ilusória de um estado que valoriza os professores. Entretanto, na prática, para 95% do magistério, com essa proposta, não houve nem ao menos a recuperação das perdas inflacionárias do período.

Na *Tabela 8*, apresentamos uma estimativa aproximada (baseadas em planilhas do Fundeb), do percentual de profissionais do magistério em cada nível:

Tabela 8 - Distribuição dos profissionais do magistério por nível formativo

		Participação
Ensino médio	I	23,3%
Licenc. Curta	II	1,7%
Licenc. Plena	III	25,1%
Especialização	IV	45,0%
Mestrado	V	4,6%
Doutorado	VI	0,3%

Assim, com base nessa distribuição, podemos perceber que nesta nova tabela de outubro, apenas algo em torno de 30% dos profissionais do magistério (níveis inferiores, mestrado e doutorado) de fato tiveram algum grau de valorização salarial. De outra parte, 70% dos profissionais (graduação e especialização), tiveram apenas repasse das perdas inflacionárias. Já para os aposentados destes níveis, a situação continua sendo de perda salarial, tendo em vista o confisco de 14% da previdência.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
 Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



SINTE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Não por acaso, o impacto financeiro da proposta enviada à ALESC em outubro, tal como exposto na Exposição de Motivos Conjunta nº 161/2021, seria de apenas R\$ 287.647.367,78 (duzentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos) para o exercício de 2022, e de R\$ 294.320.786,71 (duzentos e noventa e quatro milhões, trezentos e vinte mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e um centavos) para cada um dos exercícios de 2023 e 2024.

Se considerarmos que o valor economizado pelo governo por conta do sequestro de 14% dos vencimentos dos aposentados será de, aproximadamente, R\$ 215 milhões ao ano, o impacto financeiro real da proposta não chega a R\$ 72 milhões durante todo o ano de 2022. Tal disponibilização de recursos, portanto, é bastante irrisória tendo em vista os vários anos de congelamento salarial da categoria.

A situação fica ainda mais grave quando o próprio governo, na exposição de motivos da PEC 007/2021, apresentou uma estimativa de crescimento de suas receitas tributárias em 2021 que variava entre 17,7% e 20%. Só no primeiro semestre deste ano, por exemplo, o crescimento da receita tributária foi de 28,5%.

Este crescimento na receita, acompanhado de uma compressão dos gastos em função do congelamento salarial de praticamente todo os servidores públicos de Santa Catarina, tem feito o estado apresentar reiterados superávits fiscais, sendo o último divulgado de R\$ 1,86 bilhão para 2020.

Para além disso, em função das escolas fechadas por conta do necessário controle a difusão da pandemia da covid-19, o governo economizou recursos consideráveis com a educação nos últimos dois anos. Somado o ano de 2020 e 2021, a estimativa é de economia de R\$ 2 bilhões.

De outra parte, o governo Moisés foi mais um governo que descumpriu o art. 212 da Constituição Federal, que determina que os estados da União invistam 25% da sua receita com impostos na educação. Tal descumprimento só não ocorreu no ano de 2021 por conta da Emenda Constitucional nº 108, que obrigou a retirada do pagamento de aposentados do computo dos 25%. Entretanto, em 2019 e 2020, o governo deixou de investir, respectivamente, R\$ 404 milhões e R\$ 830 milhões com a educação, totalizando uma dívida de R\$ 1,234 bilhão com o setor.

Portanto, a proposta apresentada pelo governo de Santa Catarina não valoriza os profissionais da educação, não garante a política do piso salarial profissional nacional, não descompacta a tabela e está regida apenas pelo critério da austeridade, sempre baseada na disponibilização dos recursos do estado para o grande capital, seja por meio da dívida pública ou das renúncias fiscais e creditícias.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



Síntese dos principais dados coletados²

Superávit fiscal de 2020 e 2021

- Superávit fiscal de R\$ 1,86 bilhão em 2020;
- Quadro síntese dos dados apresentados pelo governo em setembro de 2021

1 QUADRO RESUMO

INDICADORES	Mês de Referência 2021	Variação (%) acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)			Mês/Ano Anterior (%)	Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)		
		2021	2020	2019		2021	2020	2019
Receita Corrente Líquida - RCL	Julho	16,5	16,5	16,5	2,9	6,1	19,4	16,5
Receita Tributária - RT	Julho	18,8	18,8	18,8	4,7	28,3	26,0	18,5
ICMS	Julho	19,1	19,1	19,1	5,5	27,1	26,0	19,1
Receita Líquida Disponível - RLD	Julho	18,2	18,2	18,2	3,5	24,6	26,3	19,2
PIB 2021 - Estimativa SDE (últimos 12 meses)	Junho	9,1	9,1	9,1				9,1
Empregos com Carteira Assinada	Julho	13,3	13,3	13,3	0,6		6,5	11,3
Produção Industrial - Indústria de Transformação	Junho	19,0	19,0	19,0	-0,3	23,2	26,1	15,0
Exportações	Julho	7,9	7,9	7,9	10,5	13,1	14,2	7,9
Importações	Julho	-24,4	-24,4	-24,4	0,3	33,5	35,9	35,9
Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Junho	10,7	10,7	10,7	0,4	11,6	14,1	10,7
Recalça das Vendas do Comércio Varejista Ampliado	Junho	20,9	20,9	20,9	0,7	29,2	28,5	20,9
Volume de Serviços	Junho	8,4	8,4	8,4	5,1	24,6	17,1	6,4
Volume das Atividades Turísticas	Junho	18,1	18,1	18,1	9,7	58,1	2,5	-18,1
Venda de Veículos Novos	Julho	-9,2	-9,2	-9,2	7,8	-2,9	8,8	-9,2
Consumo Aparente de Cimento (2020)	Dezembro	8,8	8,8	8,8	-22,3	12,6	8,6	8,6
Vendas de Óleo Diesel	Maior	8,8	8,8	8,8	-4,0	19,0	16,5	8,4
Consumo de Energia Elétrica	Junho				-1,7	19,5	9,5	6,6
Inflação (IPCA/Brasil)	Julho	9,0	9,0	9,0	0,96		4,75	8,99
Câmbio (Real x Dólar Americano)	05/set	-9,4	-9,4	-9,4	-1,5	-5,5	-5,3	-9,4

Estimativa de crescimento nas receitas

- Na exposição de motivos da PEC 007/2021, o governo apresentou uma estimativa de crescimento de suas receitas tributárias em 2021 que variava entre 17,7% e 20%. Só no primeiro semestre deste ano, por exemplo, o crescimento da receita tributária foi de 28,5%;
- Projeção de crescimento de cerca de R\$ 500 milhões no Novo FUNDEB para 2022 (total de aproximadamente R\$ 3 bilhões).

Economia com as escolas fechadas

- Economia de R\$ 1,156 bilhão em 2020 por conta das escolas fechadas;
- Economia de R\$ 899 milhões em 2021 por conta das escolas fechadas;

Não cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em 2019 e 2020

- Governo Moisés foi mais um que descumpriu o mínimo de 25% da receita do estado com impostos na educação. Em 2019 e 2020, o governo deixou de investir, respectivamente, R\$ 404 milhões e R\$ 830 milhões com a educação, totalizando uma dívida de R\$ 1,234 bilhão com o setor;

² Fontes dos dados: Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, Jornal Valor Econômico, exposição de motivos da PEC 007/2021, Boletim de indicadores econômico-fiscais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
 Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br